

ASPECTOS E TENDÊNCIAS RELEVANTES PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

ZENA MARIA SILVA MARTINS^{*}
JOÃO TIBURCIO DIAS DE OLIVEIRA^{**}
GRACIELA INES BOLZON MUNIZ^{***}
DIOGO ONOFRE GOMES DE SOUZA^{****}

RESUMO

A política de pós-graduação no Brasil tem, na concessão de bolsas, um de seus maiores instrumentos de fomento. Entretanto, por meio de uma análise das informações apresentadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e utilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para subsidiar a concessão adicional de bolsas do Programa de Demanda Social em 2011, este estudo aponta para a existência de algumas tendências na pós-graduação brasileira que não são consideradas no processo de concessão de bolsas, mas que poderiam contribuir para a redução das assimetrias do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Nesse sentido, baseado nos resultados aqui apresentados, parece claro que políticas públicas devem se orientar para diminuir, ainda mais, do número de alunos sem bolsa, com especial ênfase nos que estão cursando doutorado.

Palavras-Chave: Bolsas de Pós-graduação. Financiamento da Pós-Graduação. Formação de Recursos Humanos.

ABSTRACT

The postgraduate policy in Brazil focuses on awarding grants and scholarships as a way to foster higher education. However, based on an analysis of the data provided by Higher Education Institutions (IES), which has been used by The Coordination for Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) to subsidize the provision of additional scholarships in the Social Demand Program in 2011, this study points to some trends in Brazilian postgraduate that have not been considered in the process of awarding grants, even though they could contribute to the reduction of asymmetries in the National

^{*} Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: zena.martins@capes.gov.br

^{**} Doutor em Física pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Servidor Público Federal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, E-mail: joao.oliveira@gmail.com

^{***} Pos-doutorado em Educação a distancia UNED-Espanha (2002). Professora titular da Universidade Federal do Paraná. E-mail: gmunize@ufpr.br

^{****} Pós-Doutorado em Bioquímica pela University of London – Inglaterra. Professor titular do Departamento de Bioquímica da UFRGS – ICBS, E-mail: diogo@ufrgs.br

Postgraduate System (SNPG). Accordingly, based upon results here presented, it seems clear that public policies should be oriented to reduce even further the number of students without a fellowship, mainly focusing on PhD students.

Keywords: Grants for graduate students. Graduate funding. Human Resources Improvement.

1 INTRODUÇÃO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951, por meio do Decreto nº 29.741 da Presidência da República, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Com vistas a atender às disposições do Decreto nº 29.741, foi criado um sistema de bolsas e, em 1952, foram concedidas três bolsas, sendo uma para formação no país na área de Música e duas para aperfeiçoamento no exterior. No ano seguinte foram concedidas 79 bolsas, sendo 25 bolsas no país (duas de formação e 23 de aperfeiçoamento) e 54 de aperfeiçoamento no exterior, em quinze áreas ou especialidades.

A formalização da pós-graduação brasileira ocorreu com o Parecer nº 977/65 do Conselho Federal de Educação, tendo sido relator o conselheiro Newton Sucupira. A Pós-Graduação foi instituída conforme o modelo norte-americano, estabelecendo a pós-graduação em dois níveis independentes, mestrado e doutorado, e sem relação de pré-requisitos.

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), elaborados à luz de um conjunto de metas e ações, e baseados em diagnósticos realizados com a participação da comunidade acadêmica, orientaram a CAPES na implantação de diversas ações que permitiram o desenvolvimento da pós-graduação no país.

No Brasil, a pesquisa científica acontece majoritariamente dentro do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) — sistema composto pelos Programas de Pós-Graduação, avaliados e recomendados pela CAPES, localizados quase que exclusivamente nas Universidades e nos Institutos de Pesquisa. Um PPG pode ser composto por até três cursos: mestrado, doutorado e mestrado profissional. A distribuição dos PPG e dos cursos de mestrado e doutorado do SNPG¹ por status jurídico (público ou privado) está representada no Quadro 1.

¹ Dados obtidos do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG – referentes ao mês de abril de 2011. Nestes dados foram excluídos os mestrados profissionais e os cursos que estavam com status “em projeto”.

QUADRO 1 – Distribuição dos PPG e dos cursos de mestrado (M) e doutorado (D) por status jurídico

Status Jurídico	PPG	% PPG	M	% M	D	% D
Público	2350	85,39	2302	85,26	1413	87,93
Privado	402	14,61	398	14,74	194	12,07
TOTAL	2752	100,00	2700	100,00	1607	100,00

FONTE: CAPES/DAV (2011)

A diferença de representatividade entre os dois sistemas (Público e Privado) é marcante, sendo que o quantitativo de PPG do sistema público representa mais de 85% da pós-graduação brasileira. Além disso, o sistema público, mesmo que distribuído de forma assimétrica, encontra-se espreado por todo o país, enquanto que o sistema privado concentra-se majoritariamente nas regiões sul e sudeste.

A construção do SNPG não foi obra exclusiva da CAPES. Entretanto, esta tem inovado em suas iniciativas e desempenhado papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, principalmente se considerado o surgimento tardio do ensino superior no país².

A partir de 2004, os programas da CAPES de bolsas e concessão de recursos de custeio para atividades acadêmicas passaram a ser agrupados em: programas tradicionais e programas indutores e especiais. Entre os programas tradicionais, merecem destaque o Programa de Suporte às Instituições de Ensino Superior Particulares (PROSUP) e o Programa de Demanda Social (DS), sendo este último o mais antigo, maior e principal instrumento de apoio aos PPG das instituições públicas de todo o país. Entre os programas indutores e especiais destaca-se o Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). O PROEX é responsável pela concessão de bolsas e recursos de fomento para os PPG do país que obtiveram nota 6 ou 7 nas duas últimas avaliações realizadas

² A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), criada em 1920, foi a primeira universidade brasileira (FÁVERO, 2006).

pela comunidade acadêmica e coordenadas pela CAPES.

No ano de 2010, o DS foi responsável por cerca de 60% de todas as bolsas (mestrado e doutorado) concedidas no país (55.298) pela CAPES³. Ao longo dos anos, este programa teve seus critérios para definição das cotas de bolsas dos PPG alterados, substituindo o uso de fórmulas matemáticas estáticas por um sistema calcado nos resultados da avaliação coordenada pela CAPES e na valorização do mérito, dinamismo e necessidades de cada PPG. Como exemplo disso, no ano de 2011, na concessão adicional do DS, considerou-se as notas obtidas na avaliação trienal coordenada pela CAPES, a prioridade da área em que o PPG está inserido e a região geográfica na qual esta situado o PPG.

Conforme mencionado acima, um dos critérios utilizados para a distribuição das cotas de bolsas de pós-graduação é a Área de Prioridade na qual o PPG se insere. As áreas de prioridade resultam de um agrupamento dos PPG pertencentes às seguintes áreas de avaliação da CAPES:

– **Prioridade 1** – Ciência de Alimentos, Ciências Agrárias I, Zootecnia / Recursos Pesqueiros, Ciências Biológicas I, II e III, Ecologia e Meio Ambiente, Farmácia, Saúde Coletiva / Astronomia / Física, Ciência da Computação, Química, Engenharias I, II, III e IV, Biotecnologia, Ensino de Ciências e Matemática, Interdisciplinar e Materiais;

– **Prioridade 2** – Medicina Veterinária, Educação Física, Enfermagem, Medicina I, II e III, Odontologia, Geociências e Matemática / Probabilidade e Estatística;

– **Prioridade 3** – Antropologia / Arqueologia, Ciência Política e Relações Internacionais, Educação / Filosofia / Teologia, Geografia, História, Psicologia, Sociologia, Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais Aplicadas I, Direito, Economia, Planejamento Urbano e Regional / Demografia, Serviço Social, Artes / Música e Letras / Lingüística.

A distribuição das áreas de prioridades em relação ao total de PPGs e Cursos de Mestrado e Doutorado em Instituições Públicas⁴ está apresentada no Quadro 2.

³ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Gestão 2004 – 2010*. Brasília, 2011

⁴ Nestes dados foram excluídos os mestrados profissionais e os cursos que estavam em projeto, ou seja, aqueles cursos recomendados pelo Conselho Técnico Científico – CTC/CAPES e que não tinham iniciado suas atividades.

QUADRO 2 – Distribuição dos PPG e dos cursos de mestrado (M) e doutorado (D) por área de prioridade nas universidades públicas

Prioridade	PPG	% PPG	M	% M	D	% D
1	1216	51,74	1187	51,56	730	51,66
2	450	19,15	435	18,90	329	23,28
3	684	29,11	680	29,54	354	25,05
TOTAL	2350	100,00	2302	100,00	1413	100,00

FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

O presente artigo faz uma apresentação de dados encaminhados pelas Instituições de Ensino Superior para servirem de subsídio para a concessão adicional de cotas de bolsas do Programa de Demanda Social no ano de 2011. Ele está dividido em três seções, além desta Introdução. Na segunda seção, é feita a apresentação das informações dos cursos de mestrado e doutorado que foram analisados. Na terceira, são apresentados os dados, na forma de figuras, de um conjunto de variáveis que foram incluídas neste estudo. Além disso, é discutido, para cada uma das áreas de prioridade e regiões, o comportamento dessas variáveis. Na quarta e última seção deste artigo são feitas considerações a respeito dos dados apresentadas, os quais confirmam grande assimetria, considerando as macrorregiões analisadas: Programas de Pós-graduação em Processo de Consolidação - PGPC (Norte, Nordeste e Centro-oeste) e Programas de Pós-graduação Consolidada - PGC (Sul e Sudeste), existente na pós-graduação brasileira.

O tipo de pesquisa realizada foi descritiva, de natureza quantitativa, desenvolvida por meio da utilização de uma planilha (formulário) como instrumento para a coleta de dados.

2 METODOLOGIA

Os dados analisados no presente trabalho foram apresentados à CAPES pelas Instituições de Ensino Superior (IES) ou PPG com a finalidade de subsidiar a concessão adicional de

bolsas do programas DS e PROEX⁵. Por solicitação da CAPES, as IES ou PPG preencheram para cada curso, mestrado ou doutorado, uma planilha que continha: campos de identificação (nome da IES, código, nome e conceito do PPG) e alguns campos específicos (total de alunos matriculados no curso, quantidade de alunos sem bolsa e com emprego, quantidade de alunos sem bolsa e sem emprego e o número total de bolsas - este último obtido pela soma das bolsas alocadas no curso custeadas por CAPES, CNPq, Fundação de Amparo à Pesquisa, própria Instituição ou outras fontes).

Como a solicitação dos dados foi feita no mês de fevereiro de 2011, estes representam, ou deveriam representar, o retrato da pós-graduação naquele período. Deve-se levar em consideração o fato de que alguns cursos possuíam nesta época apenas a expectativa da matrícula que, em alguns casos, não foi concretizada. Deste modo, o quantitativo de alunos sem bolsa e sem emprego e alunos sem bolsa e com emprego poderia estar superestimado em alguns cursos. De qualquer maneira, como os dados apresentam uma representatividade muito elevada dos cursos do país, o efeito do desvio em um curso específico tende a ser diluído nas informações prestadas pelos demais, de modo a não influenciar significativamente as conclusões que serão apresentadas.

A fim de garantir a maior confiabilidade possível nos resultados foram desconsiderados os dados encaminhados pelas Instituições em que os campos encontravam-se incompletos, sendo exceção feita aqueles cujos campos não preenchidos podiam ser inferidos, com segurança, de que teriam o valor nulo. Outras informações descartadas foram aquelas prestadas por cursos desativados em função da última avaliação ou fusões e aquelas referentes aos cursos de mestrado profissional. Este conjunto de dados compõem o que foi denominado de retirada 1 (Quadros 3 e 4).

Uma segunda avaliação dos dados foi feita, para cada curso, por meio do valor da divisão da soma dos alunos sem bolsa e sem emprego, dos alunos sem bolsa e com emprego e do total de bolsas (alunos com bolsa) pelo número total de alunos matriculados no curso. Desta maneira, esperava-se que o resultado destas divisões fosse igual a um, ou, como este valor seria apresentado em percentagem, igual a 100%. No entanto, verificou-se que para alguns cursos este valor apresentava desvios, por vezes consideráveis. Estes desvios eram oriundos, em sua maior parte, de

⁵ Os dados referentes aos Cursos das Instituições Privadas que fazem parte do PROEX foram desconsiderados nessa análise no ano de 2011

descuido no preenchimento das informações ou mesmo por falta de informações e também por existirem alunos matriculados nos cursos que não se enquadravam em nenhuma das classificações propostas. Por exemplo, alunos que receberam bolsa pelo período máximo permitido, mas que ainda não haviam sido titulados e, por isso, contavam como alunos matriculados, mas não poderiam ser classificados como alunos com emprego e nem como alunos sem bolsa, já que este campo era reservado apenas aos “alunos que poderiam ser contemplados com bolsa”. Deste modo, foram mantidos apenas os dados cujo valor percentual dessa divisão encontrava-se entre 80% e 120%. Os dados retirados nessa fase compõem a retirada 2 (Quadros 1 e 4).

Feitas estas considerações, a distribuição dos cursos de mestrado e doutorado que foram analisados e dos que foram retirados, por área de prioridade e por região geográfica, é apresentada nos Quadros 3 e 4, respectivamente.

QUADRO 3 – Distribuição de cursos de mestrado analisados e retirados da amostra inicial, região geográfica e por área de prioridade.

MESTRADO	TOTAL					PRIORIDADE 1				
	Cursos Iniciais	Retirada 1	Retirada 2	Cursos Analisados	% Retirada	Cursos Iniciais	Retirada 1	Retirada 2	Cursos Analisados	% Retirada
Centro-Oeste	165	10	21	134	18,79	80	3	12	65	18,75
Nordeste	488	23	26	439	10,04	262	15	13	234	10,69
Norte	124	1	31	92	25,81	68	0	16	52	23,53
Sudeste	1061	89	81	891	16,02	524	37	22	465	11,26
Sul	420	17	46	357	15,00	227	12	29	186	18,06
TOTAL	2258	140	205	1913	15,28	1161	67	92	1002	13,70

MESTRADO	PRIORIDADE 2					PRIORIDADE 3				
	Cursos Iniciais	Retirada 1	Retirada 2	Cursos Analisados	% Retirada	Cursos Iniciais	Retirada 1	Retirada 2	Cursos Analisados	% Retirada
Centro-Oeste	25	2	4	19	24,00	60	5	5	50	16,67
Nordeste	80	3	9	68	15,00	146	5	4	137	6,16
Norte	15	0	5	10	33,33	41	1	10	30	26,83
Sudeste	260	29	40	191	26,54	277	23	19	235	15,16
Sul	68	0	6	62	8,82	125	5	11	109	12,80
TOTAL	448	34	64	350	21,88	649	39	49	561	13,56

QUADRO 4 – Distribuição de cursos de doutorado analisados e retirados da amostra inicial, região geográfica e por área de prioridade.

DOUTORADO	TOTAL					PRIORIDADE 1				
	Cur-sos Iniciais	Reti-rada 1	Reti-rada 2	Cursos Analisa-dos	% Retirada	Cursos Iniciais	Reti-rada 1	Reti-rada 2	Cursos Analisa-dos	% Retirada
Centro-Oeste	85	12	11	62	27,06	40	3	4	33	17,50
Nordeste	276	48	22	206	25,36	148	21	10	117	20,95
Norte	48	0	17	31	35,42	33	0	13	20	39,39
Sudeste	814	73	68	673	17,32	391	27	19	345	11,76
Sul	277	43	14	220	20,58	154	21	3	130	15,58
TOTAL	1500	176	132	1192	20,53	766	72	49	645	15,80
DOUTORADO	PRIORIDADE 2					PRIORIDADE 3				
	Cur-sos Iniciais	Reti-rada 1	Retirada 2	Cursos Analisa-dos	% Retirada	Cursos Iniciais	Reti-rada 1	Retirada 2	Cursos Analisa-dos	% Retirada
Centro-Oeste	16	3	3	10	37,50	29	6	4	19	34,48
Nordeste	48	8	5	35	27,08	80	19	7	54	32,50
Norte	7	0	0	7	0,00	8	0	4	4	50,00
Sudeste	228	22	39	167	26,75	195	24	10	161	17,44
Sul	51	3	6	42	17,65	72	19	5	48	33,33
TOTAL	350	36	53	261	25,43	384	68	30	286	25,52

FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

Outra divisão adotada neste estudo foi o agrupamento dos PPG pertencentes às instituições das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, chamados doravante de região com pós-graduação em processo de consolidação (PGPC), e dos PPG pertencentes às regiões Sul e Sudeste, chamados doravante de região com pós-graduação consolidada (PGC). Contribuiu para esta categorização a existência de políticas diferenciadas que visam o desenvolvimento da região PGPC. Também contribuiu para esta decisão a necessidade de diluição dos indicadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), que corresponde a aproximadamente 50% da região

norte, e da Universidade de Brasília (UNB), que corresponde a aproximadamente 50% da região Centro-Oeste.

3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E CONSIDERAÇÕES

A seguir (Nas próximas seções), são apresentados os dados na forma de gráficos ou figura (uniformizar a nomenclatura em todo o texto) para um conjunto de variáveis que foram incluídas neste estudo. Além disso, é discutido, para cada uma das áreas de prioridade e regiões, o comportamento dessas variáveis.

3.1 Quantidade de cursos

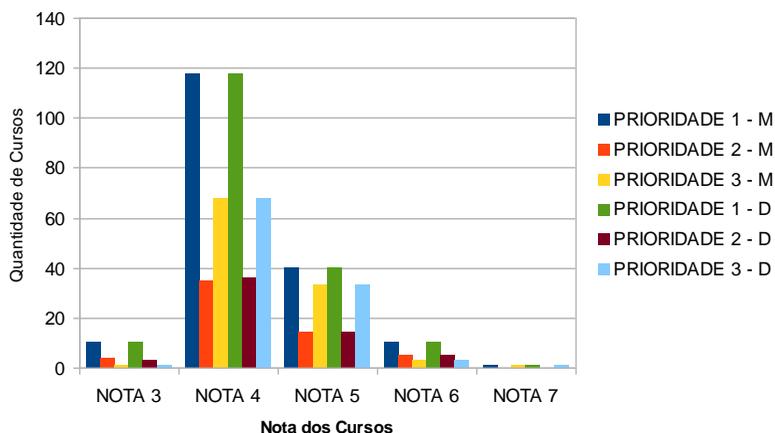


FIGURA 1.1 – Quantidade de Cursos – Região PGPC
FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

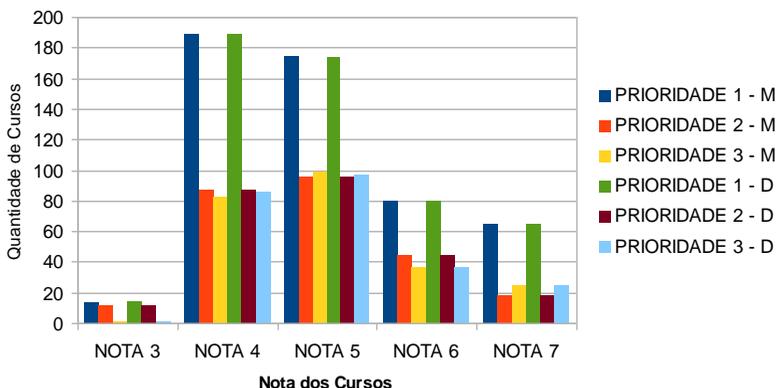


FIGURA 1.2 – Quantidade de Cursos – Região PGC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As Figuras 1.1 e 1.2 apresentam o quantitativo de cursos, registrados no SNPG, nas regiões PGPC e PGC para as prioridades 1, 2 e 3. Nota-se que na prioridade 1 está a maioria dos cursos e que, em todas as prioridades, a região PGPC apresenta um número total de cursos bastante inferior ao da região PGC. Com relação à distribuição por notas, na região PGPC predomina nota 4; na região PGC predominam notas 4/5. A região PGC apresenta cursos com todas as notas, a região PGPC apresenta poucos cursos nota 6 e apenas dois cursos nota 7 (um curso prioridade 1 e outro prioridade 3).

3.2 Representatividade da amostra

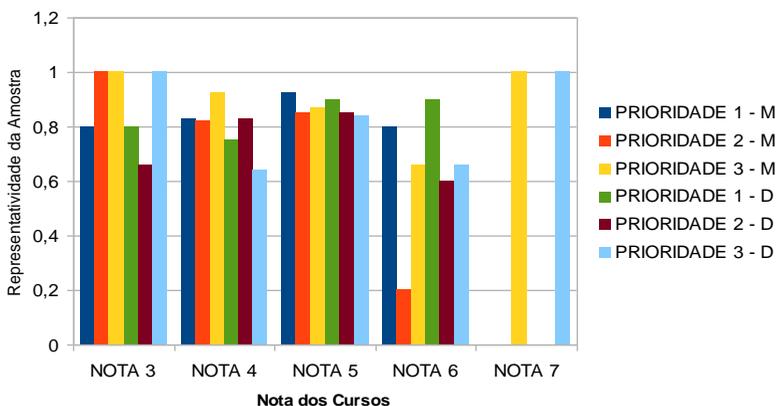


FIGURA 2.1 – Representatividade da Amostra – Região PGPC

FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

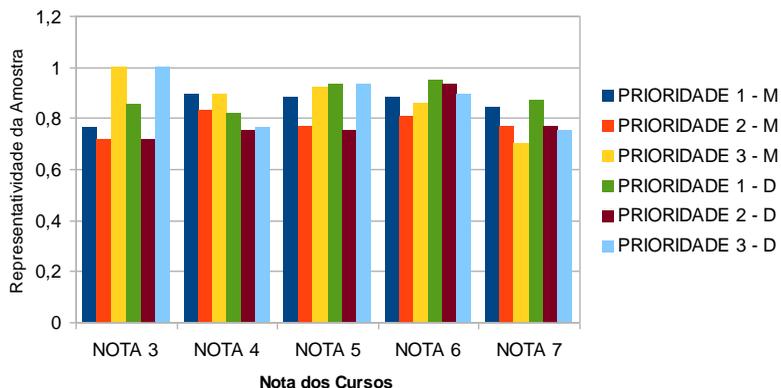


FIGURA 2.2 – Representatividade da Amostra – Região PGC
FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As Figuras 2.1 e 2.2 apresentam a representatividade dos dados (percentagem do número de cursos que enviaram informações em relação ao quantitativo de cursos do SNPG). É grande a representatividade, independentemente da prioridade ser 1, 2 ou 3, e da região, PGPC ou PGC. A única exceção são alguns cursos, especialmente de mestrado, da prioridade 2, região PGPC. Como simbolismo, a representatividade chega a 100% (1.0 na ordenada) em alguns cursos da região PGPC (prioridades 2 e 3) e da região PGC (prioridade 3), de modo que a representatividade média do conjunto dos dados chega a 86 % para o mestrado e 83% para o doutorado.

3.3 Número de alunos matriculados nos ppgs

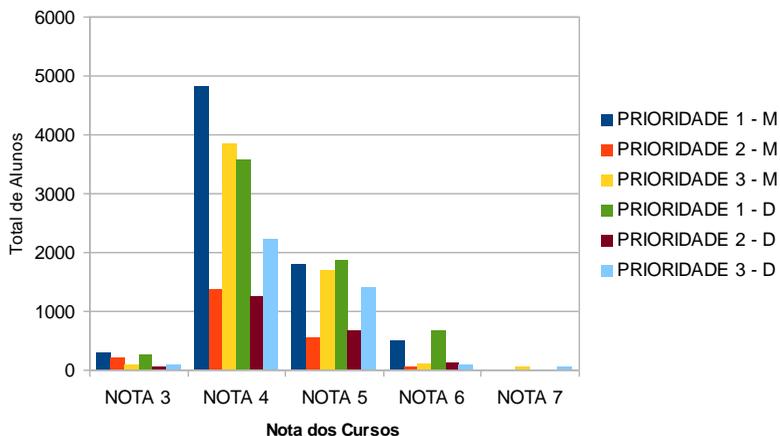


FIGURA 3.1 – Número de Alunos Matriculados nos PPGs – Região PGPC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

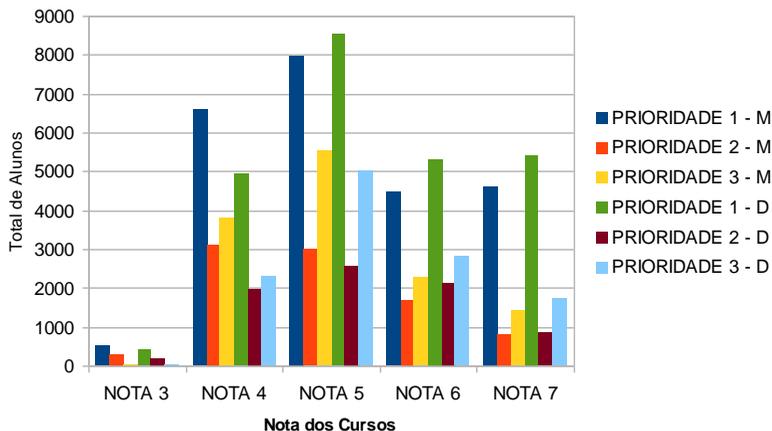


FIGURA 3.2 – Número de Alunos Matriculados nos PPGs – Região PGC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As figuras 3.1 e 3.2 apresentam o número total de alunos matriculados nos PPGs pertencentes à amostra analisada. Em todas as prioridades, o número de alunos é muito maior na região PGC do que na região PGPC, o que acompanha a diferença no número de cursos em cada região. De uma forma geral, a distribuição do número de alunos acompanha a distribuição do número de cursos.

Observa-se que o quantitativo total de alunos dos cursos da prioridade 1, na região PGPC, que os alunos estão em sua maioria matriculados nos cursos com nota 4 (com predomínio nos cursos de mestrado). Na região PGC, a maior parte dos alunos está nos cursos de nota 5, seguidos pelas notas 4/6/7. E, finalmente, pela nota 3; nesta região há um predomínio de alunos de mestrado nos cursos nota 4 e um certo predomínio de alunos de doutorado nos cursos notas 5/6/7.

Na região PGPC, prioridade 2, percebe-se uma distribuição semelhante à encontrada na prioridade 1, com o pico de alunos nos cursos de nota 4; na nota 3 há um predomínio de alunos em cursos de mestrado. Na região PGC predominam alunos nos cursos notas 4/5 (predomínio de mestrandos), seguidos por notas 6, (predomínio de doutorandos) depois nota 7 e, finalmente, nota 3.

Nota-se que, nos dados referentes ao total de alunos nos cursos da prioridade 3, na região PGPC a quase totalidade dos alunos está nos cursos nota 4/5, com predomínio na nota 4 (predomínio de mestrandos), o que acompanha o número de cursos (Fig. 1). Na região PGC, há um predomínio de alunos na notas 5, seguida das notas 4 (predomínio de mestrandos), nota 6 e nota 7. Em ambas as regiões praticamente não há alunos em cursos notas 3, o que também acompanha o número de cursos (Fig. 1).

3.4 Total de alunos por curso

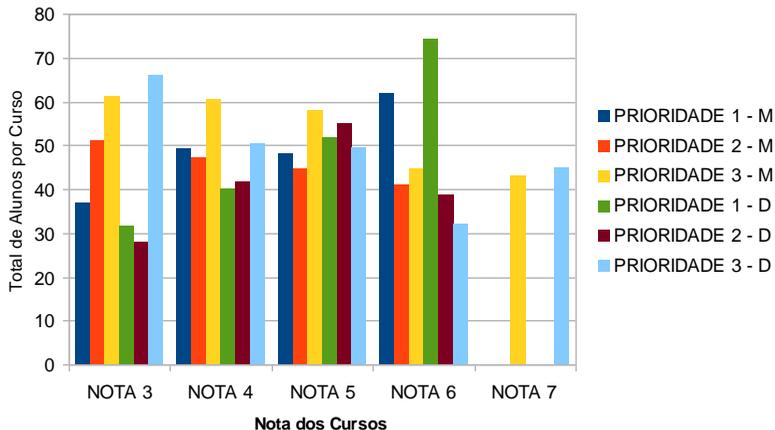


FIGURA 4.1 – Total de Alunos por Curso – Região PGPC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

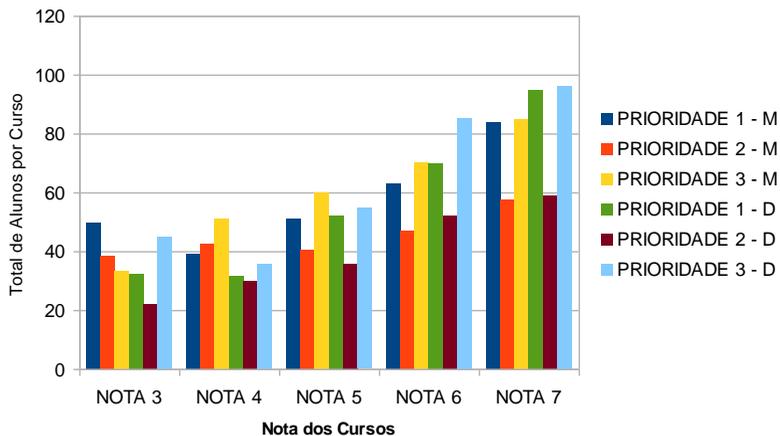


FIGURA 4.2 – Total de Alunos por Curso – Região PGC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As Figuras 4.1 e 4.2 apresentam o número de alunos por curso. Chama a atenção, na prioridade 1, a tendência do total de alunos por curso crescer com a nota do curso, tanto na região PGPC quanto na região PGC. E, conforme aumenta a nota dos cursos (a partir da nota 5), predomina o número de alunos nos cursos de doutorado comparado com os cursos de mestrado.

Na distribuição de alunos por curso da prioridade 2, diferentemente da prioridade 1, pode-se observar um pequeno crescimento no número de alunos, com a nota do curso, apenas na região PGC, e a partir da nota 6. Na região PGPC, o número de alunos não aumenta com a nota e o predomínio de doutorandos sobre mestrando não apresenta um perfil caracterizável.

Na região PGPC, nos dados referentes a distribuição da prioridade 3, o total de alunos por curso decresce com o aumento da nota, com exceção da nota 7 (que apresenta somente 1 curso – Fig. 1). Na região PGC, o total de alunos por curso e a relação doutorandos/mestrandos crescem com o aumento da nota.

3.5 Percentual de alunos com emprego

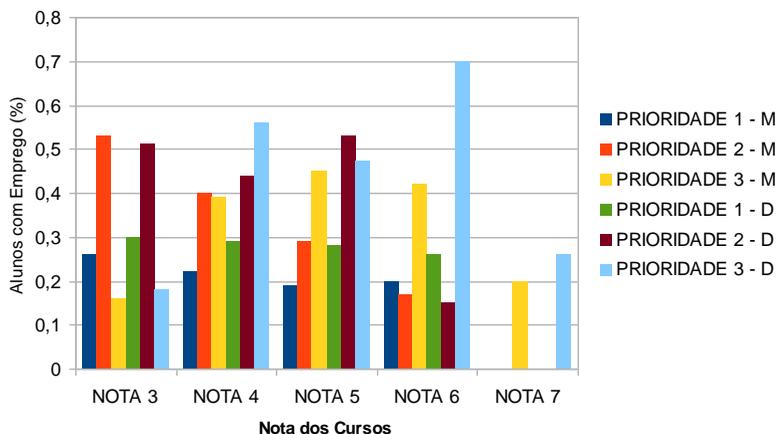


FIGURA 5.1 – Percentual de Alunos com Emprego – Região PGPC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

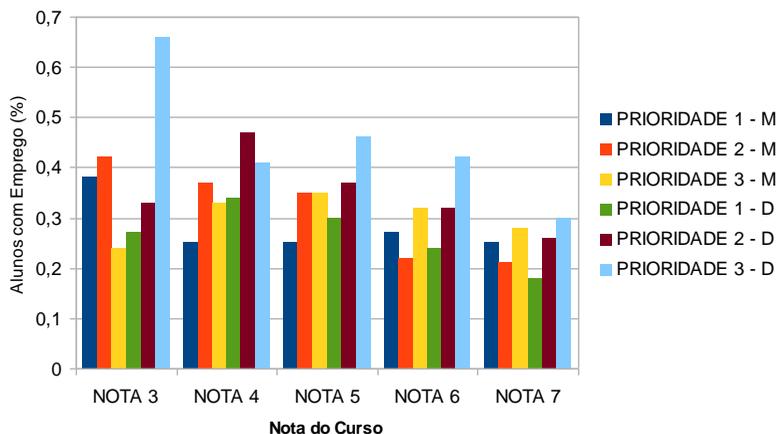


FIGURA 5.2 – Percentual de Alunos com Emprego – Região PGC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As Figuras 5.1 e 5.6 apresentam o Percentual de Alunos com Emprego (o total de alunos com emprego dividido pelo total de alunos – 100% = 1 na escala).

Nota-se que na prioridade 1, na região PGPC, em todas as notas, o percentual de alunos com emprego no doutorado é superior (entre 26 e 30%) ao do mestrado (entre 20 e 26%). Na região PGC, o percentual de alunos com emprego é maior do que na região PGPC, tendendo a diminuir com a nota.

Observa-se, em ambas as regiões, um maior percentual de alunos com emprego na prioridade 2 em relação à prioridade 1, alguns cursos apresentando valores que superam 50%. Ocorre um decréscimo do percentual de alunos com emprego com o aumento da nota do curso, fenômeno observado com maior amplitude nos cursos de mestrado da região PGPC.

O percentual de alunos com emprego na prioridade 3, independentemente da nota e da região, o percentual de alunos com emprego é maior no doutorado do que no mestrado. Na região PGPC há um aumento do percentual de alunos com emprego com o aumento da nota do curso (exceção na nota 7 – somente 1 PPG - Fig. 1). Na região PGC não parece haver uma relação entre o número de alunos com emprego e a nota do curso (com exceção do doutorado nota 3).

3.6 Percentual de alunos sem bolsa

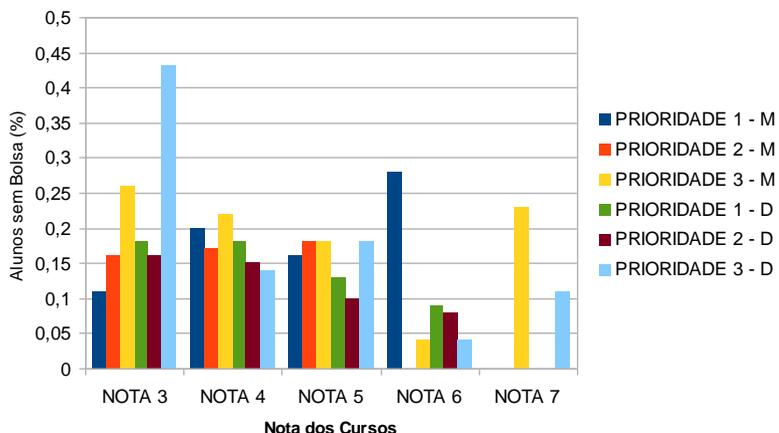


FIGURA 6.1 – Alunos sem Bolsa - Região PGPC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

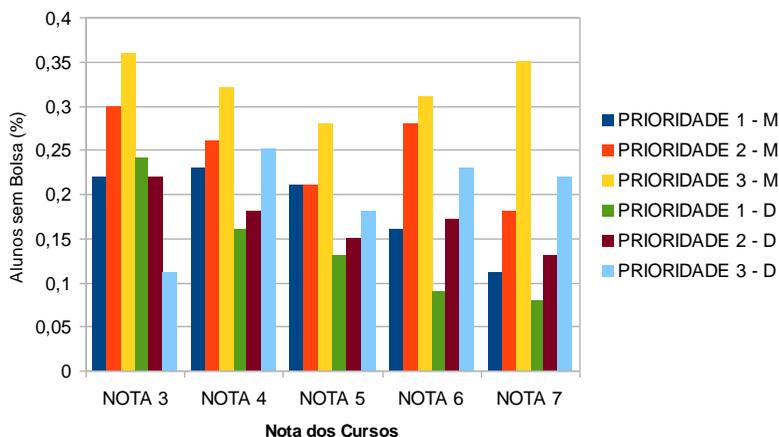


FIGURA 6.2 – Alunos sem Bolsa – Região PGC
 FONTE: CAPES/DPB/CGSI (2011)

As Figuras 6.1 a 6.6 apresentam o percentual de alunos sem bolsa (o total de alunos aptos a receber bolsa dividido pelo total de alunos matriculados). Observa-se um percentual muito pequeno de

alunos aptos a receber bolsa, mas que estão sem bolsa, em todas as notas e nas duas regiões, a exceção são os alunos dos cursos nota 3 na região PGPC. Nas prioridades 1 e 2, o percentual de alunos sem bolsa é claramente inferior ao percentual de alunos com emprego (Fig. 4).

Chama a atenção, inicialmente, o percentual de alunos sem bolsa da prioridade 1, o pequeno valor deste percentual nas duas regiões cujos valores são inferiores a 20% (exceção no mestrado nota 6 na região PGPC que é 28%). Outra característica marcante é a tendência da diminuição do percentual de alunos sem bolsa, mas aptos a recebê-la, conforme aumenta a nota dos cursos na região PGC e, especificamente no doutorado, na região PGPC. Em ambas as regiões, o percentual de alunos sem bolsa é menor no doutorado do que no mestrado quando a nota é maior.

Na prioridade 2, comparando-se com a prioridade 1, verifica-se que há um aumento no percentual de alunos sem bolsa, independentemente da nota do curso, na região PGC. A maior diferença entre as duas regiões refere-se ao mestrado nota 6 da região PGPC em que na prioridade 1 é encontrado o maior percentual de alunos sem bolsa e na prioridade 2 este valor é igual a 0%, ou seja, não havia, no início de 2011, alunos apto a receber bolsa e que não tivesse recebido bolsa. A tendência de diminuição dos alunos sem bolsa com o aumento da nota do curso não se revela tão clara na prioridade 2 como é na prioridade 1, sendo mais perceptível no doutorado em ambas as regiões.

Nota-se que, na prioridade, também é verificado que o percentual de alunos de doutorado sem bolsa tende a ser menor do que aquele de mestrado, conforme encontrado nas prioridades 1 e 2 (exceção nos cursos nota 3 da região PGPC). O percentual de alunos sem bolsa e sem emprego na região PGC, na média e assim como nas demais prioridades, é maior do que na região PGPC. Não é possível inferir uma tendência no comportamento do percentual de alunos sem bolsa com a nota do curso. Entretanto, chama a atenção o doutorado dos cursos nota 3, que na região PGC apresenta o menor percentual de alunos sem bolsa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados neste trabalho confirmam grande assimetria, considerando as macrorregiões analisadas: PGPC (Norte, Nordeste e Centro-oeste) e PGC (Sul e Sudeste), existente na pós-graduação brasileira. Esta confirmação é validada pela

enorme representatividade dos dados: mais de 80% dos cursos, em todo o Brasil, foram incluídos neste estudo. Esta assimetria se revela através de algumas das variáveis selecionadas:

1. Distribuição de cursos. Na região PGC está localizada a grande maioria dos PPGs. Em ambas as regiões, predominam cursos na prioridade 1.

2. Distribuição de notas, concedidas pela comunidade acadêmica, e formalizada pela a CAPES. Na região PGPC, predominam claramente cursos com nota 4 e na região PGC predominam cursos com notas 5/4, seguidos pelos cursos com nota 6. Na região PGPC praticamente não há cursos com nota 7 (e muito poucos com nota 6) e na região PGC os cursos com notas 6/7 são muito mais frequentes do que cursos com nota 3.

3. Número total de alunos. Em linhas gerais, as características da distribuição total dos alunos acompanham a distribuição dos cursos: na região PGC está localizada a grande maioria dos alunos de pós-graduação; na região PGC predominam alunos nos cursos notas 5/6 e na região PGPC, nos cursos nota 5; em ambas as regiões, há uma enorme predominância do número de alunos em cursos com prioridade 1.

4. Número de alunos por curso. O número de alunos por curso apresenta menos assimetria nacional, entretanto, existem variáveis que se sobressaem: na região PGC, o número de alunos por curso aumenta muito com as notas dos cursos (na região PGPC isto só acontece em cursos na prioridade 1); na região PGPC o número de alunos por curso decresce com o aumento da nota dos cursos na prioridade 3.

5. Alunos com emprego. O número total de alunos com emprego varia conforme o contexto analisado. Na região PGC, o número de alunos com emprego decresce com o aumento da nota dos cursos em prioridade 1 e 2 (e na prioridade 3, diminui os números de doutorandos com emprego); na região PGPC esta relação com as notas dos cursos é menos identificável.

6. Alunos sem bolsa, mas aptos a recebê-la. O número de alunos sem bolsa é pequeno e tende a ser bem menor do que alunos com emprego, em ambas as regiões, em todas as prioridades e em todas as notas dos cursos. E, comparativamente, o número de alunos sem bolsa na região PGPC tende a ser menor do que na região PGC. Na região PGC o número de alunos sem bolsa decresce com o aumento da nota do curso em prioridades 1 e 2 (em cursos na prioridade 3, isto não se observa). Na região PGPC, se observa um decréscimo do número de alunos sem bolsa com o

aumento das notas somente nos cursos de doutorado e em todas as prioridades. Nas duas regiões, os doutorados apresentam menos alunos sem bolsa do que os mestrados.

Várias considerações podem ser feitas a partir das diferenças observadas entre as regiões PGC e PGPC. A extensão geográfica da região PGC é bem menor do que da região PGPC e possui a maior quantidade de cursos de excelência em todas as áreas de prioridade. Além disto, na região PGC, a criação de PPGs é mais antiga. Estes fatores podem ter contribuído para aumentar, nesta região, as possibilidades de intercâmbio de experiências entre os pesquisadores/estudantes de diferentes cursos, de modo que os cursos em processo de consolidação de sua pós-graduação tenderiam a manter um contato mais estreito com os cursos de nota mais elevada. Como resultado, haveria uma influência benéfica ao sistema com os cursos de excelência, contribuindo com sua experiência acumulada e servindo como um modelo a ser seguido.

A formulação de políticas públicas e, em especial, a concessão de bolsas para os PPGs poderia levar em consideração algumas das tendências aqui observadas no comportamento de algumas das variáveis selecionadas. Merece destaque que, conforme aumenta a nota do curso: i) há um aumento do número de alunos por curso na prioridade 1 em ambas as regiões e em todas as prioridades na região PGC; ii) há uma diminuição do percentual de alunos sem bolsa, aptos a recebê-la (com exceção da prioridade 3 na região PGC); iii) uma diminuição dos alunos com emprego (com exceção na prioridade 3 na região PGPC). Isto indicaria, o que é muito relevante, um aumento de alunos com bolsa ao aumentar a nota do curso. Além disso, e talvez ainda mais relevante, seja o fato destas tendências serem mais pronunciadas para o doutorado do que para o mestrado. Como a tendência à diminuição do número de alunos sem bolsa e alunos com emprego aumentar com a nota dos cursos é mais presente na região PGC, isto poderia indicar que este parâmetro deveria ser valorizado na formulação de políticas públicas, como, por exemplo, nos critérios de alocação de bolsas.

Cabe ressaltar o fato dos cursos com conceitos mais elevados, praticamente em sua totalidade, serem apoiados pelo PROEX e não pelo DS. No PROEX, esses PPGs recebem uma maior autonomia do que teriam no DS, o que permite que esses PPGs planejem como desejam gerenciar os seus recursos de custeio e também o seu quantitativo de cotas de bolsas, tanto de mestrado quanto de doutorado, o que não ocorre no DS. Assim, os dados indicam que essa autonomia poderia estar se refletindo numa

maximização do número de alunos com bolsa, sendo priorizados os alunos de doutorado nessa distribuição. Neste sentido, parece claro que políticas públicas devem se orientar para diminuir, ainda mais, do número de alunos sem bolsa e, além disso, priorizar a concessão para o doutorado. Com isto, se faria aquilo que os melhores PPGs do país já fazem e, talvez por isso, é que sejam os melhores.

A política de divisão dos programas em áreas de prioridade e a atribuição de concessões diferenciadas para a região PGPC e PGC, sendo privilegiada a primeira, parece render resultados positivos. Tal conclusão baseia-se no percentual de alunos sem bolsa ser menor na região PGPC do que na região PGC, independentemente da área de prioridade, e da prioridade 1 apresentar um percentual médio de alunos sem bolsa inferior ao das demais prioridades.

Relevante também foi a avaliação do percentual de alunos com emprego, sendo dada especial ênfase a este percentual ser substancialmente mais elevado nas prioridades 2 e 3 do que aquele da prioridade 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Parecer nº 977/65**. Aprovado em 3 de dezembro de 1965. Brasília: MEC/CEF, 1965. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: janeiro. 2012.
- BRASIL. **I Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília: MEC/CAPES, 1975. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: janeiro 2012.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília: MEC/CAPES, 1982. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes>>. Acesso em: janeiro. 2012.
- BRASIL. **III Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília: MEC/CAPES, 1986. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> >. Acesso em: janeiro. 2012.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010**. Brasília: MEC/CAPES, 2004. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> >. Acesso em: janeiro. 2012.
- BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020**. Brasília: MEC/CAPES, 2010. Disponível em: < <http://www.capes.gov.br/> >. Acesso em: janeiro. 2012.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Graduação/pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25,n. 88, p. 777-793, out. 2004. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >.
- _____. **Quadragésimo ano do parecer CFE n. 977/65**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 30, p. 7-20, número especial, set./dez. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a02n30> >
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque: **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. *Educar em Revista*, n 28. Curitiba, julho-dezembro, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf> >

